



EDITORIAL

Reflexões geográficas sobre o trabalho

Durante a XI Jornada do Trabalho organizaram-se quatro grupos de discussão. O eixo temático do primeiro foi agro - hidro - território, a degradação da natureza e do trabalho. O debate centrou-se em pesquisas que abordaram: A dinâmica geográfica do capital e o trabalho nos diferentes biomas brasileiros; Os conflitos pelo acesso e uso da água no território brasileiro; As práticas de apropriação de recursos naturais e o papel/ação do Estado; A denominada matriz energética limpa e a produção de agrocombustíveis; Os agro-hidro-territórios, conflitos sociais e mobilização popular; As monoculturas do agronegócio: exploração e riscos para a saúde do trabalhador; Recursos hídricos e práticas predatórias do grande capital no campo; Desertificação e convivência com o semi-árido.

Os trabalhos selecionados para o debate foram:

1 - AS TRAMAS ESPACIAIS ENGENDRADAS PELO CAPITAL AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO: E O DISCURSO DO “DESENVOLVIMENTO” LOCAL-REGIONAL de Ana Maria Soares de Oliveira e Antonio Thomaz Júnior;

2 - AS DIFERENTES FORMAS DE OCUPAÇÃO DAS ÁREAS DE CERRADO: O CAPITAL E SUAS ARTIMANHAS de Ana Paula da Silva de Oliveira Ferreira e Vera Lúcia Salazar Pessôa;

3 - JUVENTUDE RURAL, CAPACITAÇÃO E GERAÇÃO DE RENDA A PARTIR DA AGROECOLOGIA de Anderson José da Silva e Marcelo Rodrigues Mendonça;

4 - AS ÁGUAS DO CEARÁ NO CURSO DA EXCLUSÃO SOCIAL de Cíntia dos Santos Lins;

5 - RECURSOS HÍDRICOS E GESTÃO AMBIENTAL NOS PERÍMETROS IRRIGADOS RIBEIRA E JACARECICA I, ENTRE OS MUNICÍPIOS DE ITABAIANA E CAMPO DO BRITO, SE de Eliene Domingas de Souza, Josefa Edilani de Souza, Andrea Maria dos Santos e Luciano Andrade da Silva;

6 - DINÂMICA TERRITORIAL DA MIGRAÇÃO DO TRABALHO PARA O CAPITAL AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO NO PONTAL DO PARANAPANEMA (SP) de Gérson de Souza Oliveira;

7 - AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO CERRADO GOIANO: A LUTA DOS TRABALHADORES/CAMPONESES PARA SE MANTEREM NA TERRA NA

COMUNIDADE OLARIA/CISTERNA NO MUNICÍPIO DE CATALÃO (GO) de Gisele Silva Rodrigues e Marcelo Rodrigues Mendonça;

8 - DAVINÓPOLIS (GO) E A HIDRELÉTRICA SERRA DO FACÃO NO RIO SÃO MARCOS: ALGUMAS CONTROVÉRSIAS de Helen Cássia Reinaldo e Helena Angélica de Mesquita;

9 - A DISPUTA PELA ÁGUA NO PONTAL DO PARANAPANEMA E OS CONFLITOS EM TORNO DA LUTA PELA TERRA de Jaqueline da Silva Oliveira;

10 - PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL CLANDESTINO E SILVICULTURA DO EUCALIPTO NO MUNICÍPIO DE CÂNDIDO SALES – BA: DUAS FACES DA MESMA MOEDA de João Ferreira Gomes Neto;

11 - A TERRITORIALIZAÇÃO DOS AGROCOMBUSTÍVEIS E A MEDIAÇÃO/CONTROLE DO DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ESTADO DO ACRE de José Alves e Antonio Thomaz Júnior;

12 - MODERNIZAÇÃO DO CAMPO: IMPLANTAÇÃO DO PERÍMETRO IRRIGADO DO VALE DO RIO BRUMADO EM LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA (BA) E AS TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO CAMPO de José Aparecido Lima Dourado e Helena Angélica de Mesquita;

13 - UMA REFLEXÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM SERGIPE NO QUE TANGE A IRRIGAÇÃO: O CASO DO PERÍMETRO IRRIGADO POÇÃO DA RIBEIRA, ITABAIANA – SE de Márcia Maria Santos Santiago, Elis Regina Silva dos Santos Oliveira e Jailde Fontes Vasconcelos;

14 - TRABALHO DE CAMPO: O “CAMINHO DAS ÁGUAS” NO ESTADO DO CEARÁ de Renata Pereira Prates e Felipe Cesar Araujo da Silva;

15 - DO DISCURSO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO À DURA REALIDADE DA POPULAÇÃO: UMA ANÁLISE DA EXPANSÃO CAPITALISTA NO VALE DO SÃO FRANCISCO de Ronilson Barboza de Sousa e Raimunda Áurea Dias de Sousa;

16 - A TRANSFORMAÇÃO DA MEDIAÇÃO TRABALHO NATUREZA EM ATIVIDADE ALIENADA de Vanessa Dias de Oliveira.

Os trabalhos inscritos no segundo grupo de trabalho discutiram os conflitos territoriais e a fragmentação do trabalho, questões centrais unificadoras do debate. Em consonância com essas abordagens, diferentes processos de territorialização do capital, a exemplo da expansão do agronegócio canavieiro, foram também abordados e analisados em diversos trabalhos. Os conflitos territoriais e suas consequências apresentaram-se, discutidos e analisados a partir de diferentes recortes analíticos que podem ser assim sintetizados: reforma agrária e questão agrária; soberania alimentar e mobilização de classe no Brasil;

a saúde do/a trabalhador/a e questão agrária hoje; fragmentação da práxis social do trabalho e ação do Estado; identidade do trabalho, luta por moradia e direito à cidade; questão urbana, propriedade privada e reprodução social; territorialização e processo de dissidências políticas dos movimentos sociais; os limites da teoria frente a complexidade do ser que trabalha; entre outros.

Dentro do tópico reforma agrária e questão agrária, destacamos a presença de trabalhos discutindo a influência do censo agropecuário na questão agrária e nas políticas públicas; o problema da concentração fundiária em comunidades quilombolas; o papel do Poder Judiciário nos litígios gerados pelas disputas territoriais, desencadeadas nos conflitos fundiários pela posse e uso da terra no campo; a expansão da agroindústria canvieira (a migração forçada e outros desdobramentos dela decorrentes); e o estudo da agropecuária de beira de estrada.

O tema da soberania alimentar e da mobilização de classe no país comparece em trabalhos que buscam desde uma abordagem geográfica voltada para a construção crítica de novos referenciais para a questão agrária; como em trabalhos que trazem relatos de experiências alternativas que podem se configurar enquanto resistência ao capital (é o caso dos bancos de sementes comunitários no sertão da Paraíba).

A saúde do/a trabalhador/a como parte da questão agrária nos dias de hoje é abordada, por exemplo, na análise da experiência de trabalhadores e trabalhadoras que atuam na produção de frutas para exportação e são constantemente expostos à contaminação por agrotóxicos e pela carga elevada de trabalho no período da colheita com jornadas de até 14 horas; além da exploração dos mesmos na atividade de reciclagem.

A ação do Estado, fragmentadora da práxis do trabalho, é levantada por pesquisas que analisam: a nova relação entre Estado e sociedade a partir dos limites da esfera pública municipal no enfrentamento à questão social; as políticas públicas de desenvolvimento; e a ação do Estado em consonância com os interesses empresariais por meio do planejamento estratégico, um modelo neoliberal de gestão empresarial da cidade que vem sendo implementado via os grandes projetos de desenvolvimento urbano para a Copa de 2014.

No que respeita a luta pela moradia e o direito à cidade, assim como outras questões urbanas que discutem a propriedade privada e aspectos referentes à reprodução social, encontramos desde estudos que analisam a violação do direito à moradia no Brasil a relatos de programas locais de subsídio à habitação de interesse social; assim como estudos que abordam a segregação sócio-espacial e a mobilidade urbana e conflituosidades geradas pela atuação de camelôs “ocasionais” em eventos religiosos.

A territorialização dos movimentos sociais e determinados processos de dissidências políticas são tratados por meio de pesquisas que se debruçam sobre a atuação de movimentos sociais do campo (o MST nos espaços agrários paraibano, paranaense e sergipano), apresentando um amplo leque de experiências organizativas como o projeto agroecológico no município de Remígio (PB), só para citar um exemplo.

Há ainda alguns trabalhos de cunho mais teórico-metodológico que abordam os conflitos territoriais discutindo, por exemplo: conceitos como natureza e propriedade (a partir da perspectiva da relação Estado, capital x trabalho); metodologias de pesquisa para extensão rural; e metabolismo social.

O terceiro grupo de trabalho construiu-se como um espaço de reflexão e debate a respeito dos processos de construção das relações entre o mundo do trabalho e as formas sociais deles resultantes, tendo como pressuposto a diversidade das situações históricas que interagem nesse processo, as quais criam e recriam uma variedade de situações para a classe trabalhadora tanto na cidade quanto no campo. Essa heterogeneidade articulada ao campo e a cidade estabelecem múltiplas e diversas relações, em mão dupla, construídas nos campos econômicos, sociais, políticos e culturais.

Compreender os processos de construção das relações entre campo e cidade, tendo o trabalho como elemento analítico e as formas sociais dele resultantes, instituíram o eixo de reflexão deste GT, que pretendeu ser um espaço para se aprofundar o debate acerca dessa temática, bem como pensar as várias dimensões a partir das quais esta relação pode ser abordada. As quais podem ser assim enunciadas: educação e controle social; educação para a emancipação; educação e trabalho; educação e reprodução do capital; propostas educativas dos Movimentos Sociais; a luta por educação e as lutas sociais; educação e luta pela terra; metodologias e práticas pedagógicas contextualizadas e libertárias; ideologia, poder e discurso; mídia, Estado e discursos de desenvolvimento para o campo e, além disso, pensar/refletir sobre a geografia enquanto teoria revolucionária.

Dentre essas dimensões buscou-se refletir sobre os processos que impactam o mundo do trabalho na atualidade, em que estão relacionados os processos e práticas educacionais, especificamente o repensar do ensino de geografia; a literatura e o teatro como possibilidades de leitura e compreensão do espaço geográfico; o ensino de geografia para a realidade do espaço agrário e o cotidiano escolar; os desafios colocados para o ensino de geografia diante das novas tecnologias; a relação entre geografia e cultura popular; a relação entre mídia e educação; valorização da educação e cultura na construção étnica e territorial quilombola; as conquistas da educação infantil e o direito à educação e à qualificação profissional enquanto formas de controle; o papel do discurso sobre o desenvolvimento local e sustentável, desde o que justifica a economia solidária ao que tem justificado a implementação de políticas públicas para o espaço

agrário, na forma da expansão da monocultura da cana-de-açúcar, da soja, da mamona, girassol e outras formas de produção para abastecer o novo mercado dos agro combustíveis.

A amplitude das discussões que abarcaram o tema do grupo de trabalho colocou os pesquisadores no desafio de repensar o estatuto científico da Geografia. A importância deste grupo na XI Jornada do Trabalho apoiou-se na constatação da necessidade de, cada vez mais, ampliar os espaços de discussões, na geografia, que tenham como mote a relação entre ideologia, educação e discurso. Assim o grupo de trabalho evidencia sua relevância a partir da possibilidade de unir reflexão de ordem teórico-metodológica que possam contribuir e oferecer elementos para a ciência geográfica na compreensão dos processos relacionados ao mundo do trabalho e à formação dos homens e mulheres que vivem nas cidades e no campo e, neste sentido, avançar na compreensão dos problemas relacionados à construção da subjetividade dos sujeitos sociais que compõem a tessitura do mundo do trabalho. Também foi relevante a contribuição do tema do grupo na formação dos participantes, como pesquisadores e profissionais que atuam nos diferentes espaços e territórios e se relacionam a diferentes comunidades acadêmicas.

O grupo de trabalho quatro denominado “Multidimensionalidade e desenvolvimento do/no território” teve como objetivo constituir um grupo de divulgação, intercâmbio e discussão sobre as temáticas que envolvem o mundo do trabalho através de uma gama de pesquisas que permitem abordar a dinâmica territorial do capital no Brasil e os desdobramentos locais que abrangem a classe trabalhadora.

Nesse sentido, o grupo de trabalho foi composto por 22 trabalhos nos mais diversos estágios de desenvolvimento desde pesquisas de Iniciação Científica até a Pós-graduação (mestrado, doutorado e pós-doutorado) possibilitando assim contemplar a atividade de pesquisa em suas várias etapas e níveis de construção.

Além disso, os trabalhos deste grupo de trabalho, não nos remetem a pensar apenas na abrangência quantitativa, através do número de trabalhos recebidos, mas principalmente na possibilidade qualitativa de enriquecer as discussões em termos teórico-metodológicos e empíricos ao abordar propostas que levaram a discussão da centralidade do trabalho e suas repercussões em diversos territórios.

Primeiramente, o conceito de classe trabalhadora torna-se central, com seus diversos sujeitos que constroem e reconstróem cotidianamente seu território a partir de múltiplas estratégias de reprodução enquanto ser. Diante da amplitude do tema o grupo ofereceu alguns aspectos do mundo do trabalho que pela qualidade dos trabalhos de pesquisa recebidos permitirá um panorama do tema em foco.

As comunidades tradicionais compuseram umas das abordagens teórico-metodológicas do grupo trazendo pesquisas vinculadas, principalmente, ao CEGeT de Curitiba. As discussões perpassam os processos de conflitos e resistências por terra e território que engendram a construção identitária destes sujeitos, bem como a intervenção estatal através das políticas públicas na organização territorial.

Outro ponto de discussão diz respeito aos quilombolas com trabalhos que abordam desde as discussões teóricas, a fim de compreendê-los dentro da complexidade do espaço geográfico, como também trabalhos com ênfase em estudos de caso tanto no estado da Paraíba, quanto em São Paulo.

Tais pesquisas pretenderam focar a organização territorial dos quilombolas enfatizando a relevância da identidade e da cultura como elementos intrínsecos a este processo. Como também realizam reflexões sobre as conflitualidades de classe que permeiam a territorialização destas comunidades.

A questão indígena também compôs a gama de trabalhos do grupo, enfocando seu processo de desterritorialização frente ao capital e a importância da reconstrução identitária por meio da educação.

Há trabalhos de pesquisa que abordaram os desdobramentos da ação do capital para os pescadores, o que resulta no processo de reorganização territorial e, conseqüentemente, movimentos de resistência contra a lógica do capital.

A região amazônica também foi foco de debate neste grupo de trabalho ao abordar os seringueiros enquanto sujeitos envolvidos no processo de reestruturação do capital, por meio do projeto de desenvolvimento sustentável a partir da apropriação do conhecimento e das formas específicas de organização do trabalho.

Os garimpeiros foram sujeitos objeto de reflexão nas apresentações através de uma análise das relações sociais e de trabalho nos garimpos de diamantes em Minas Gerais, bem como o papel dos agentes sociais envolvidos na trama desta atividade, buscando desvendar os meandros da exploração e precarização do trabalho.

Por fim, os camponeses se apresentaram como sujeitos-chave de resistência diante das ações engendradas pelo capital. Com isso, tornou-se relevante refletir sobre o conflito capital/trabalho que configura o rural brasileiro, suas estratégias de reprodução diante da lógica do capital e suas formas de resistências, principalmente, através dos movimentos sociais.

A mobilidade dos trabalhadores urbanos pendulares também foi contemplada neste grupo de trabalho como reflexão associada à dinâmica espacial do capital,

via os fluxos impostos aos trabalhadores, obrigando-os a reorganizar seu território de origem e de destino.

Ao focar os diferentes sujeitos da classe trabalhadora foi imprescindível as discussões de gênero, que permearam todas as facetas abordadas, pois a mulher constitui um sujeito importante para a compreensão do universo dos(as) trabalhadores/trabalhadoras nas diversas formas de organização da sociedade, tanto nos territórios rurais camponeses quanto no interior dos processos produtivos industriais.

Tais trabalhos além de proporcionarem uma rica discussão teórica e empírica trouxeram elementos importantes para pensar os aspectos metodológicos no processo da pesquisa.

Nesse sentido, os trabalhos vinculados às comunidades tradicionais apresentam a proposta da cartografia social como ferramenta da cartografia participativa que vem se consolidando como instrumento de luta por visibilidade social e política de diversas comunidades tradicionais.

Além deste houve vários outros procedimentos metodológicos nas diversas pesquisas apresentadas, como: as histórias orais, entrevistas, observações sistematizadas, o que podem contribuir para as reflexões metodológicas e futuras sistematizações das pesquisas a fim de abordar cada contexto de forma a contemplar sua totalidade.

Todas as discussões apresentadas tornaram-se mais enriquecedoras diante da abrangência significativa de trabalhos de pesquisa recebidos de vários estados, como: São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Goiás, Acre, Sergipe e Paraíba, o que possibilitou uma análise plural das diversas espacialidades do sistema do capital e seus reflexos na classe trabalhadora, além de oferecer um importante intercâmbio de conhecimentos em torno dos diferentes contextos nacionais.

Portanto, a possibilidade de organização da modalidade de Grupo de Trabalho tem como proposta oferecer uma rica discussão teórica, empírica, metodológica acerca do rebatimento do capital para a classe trabalhadora e as diferentes formas de organização territorial estruturadas pelos diferentes sujeitos sociais.

Finalmente o grupo de trabalho cinco propiciou a oportunidade de desenvolver reflexões e discussões teóricas sobre os mais diferentes temas que hoje compõem o mundo (mundos) do trabalho e que se tornaram objetos de estudos e pesquisas de diferentes ciências, com a inserção de pesquisadores também de diversas áreas do conhecimento.

Neste contexto, os trabalhos que foram encaminhados, avaliados e debatidos durante a XI Jornada do Trabalho neste eixo, foram frutos de estudos/pesquisas

de Economistas, Sociólogos, Geógrafos dentre outros e que estão em diferentes níveis de andamento/desenvolvimento da pesquisa.

A diversidade esteve também presente na formação acadêmica dos pesquisadores, indo da graduação com trabalhos de Iniciação Científica ao Pós-doutorado. Esta heterogeneidade colaborou, a nosso ver, para que o debate fosse bastante produtivo à medida que conseguimos não só apresentar os resultados obtidos pelas pesquisas, mas também debater as questões teóricas e metodológicas que afligem os pesquisadores. Acreditamos que a distinção nos níveis de formação foi um elemento dinamizador do debate, propiciando condições para a reformulações teóricas e conceituais, reforçando e realinhando posições no campo político-ideológico, já bem definido pelo próprio caráter do evento.

Os trabalhos enviados apresentaram resultados e questões a respeito da informalidade do trabalho em suas diferentes facetas e formas de apresentação, destacando as relações precárias de trabalho que vão além do fato legal do registro em carteira de trabalho.

A informalidade e a precariedade foram abordadas em diferentes seguimentos, dos catadores de resíduos recicláveis, passando pelo comércio informal, aproximando-se não só temas relacionados ao trabalho urbano, mas também debatendo a informalidade e a precariedade das relações de trabalho no campo.

Outras questões como a exploração do trabalho infantil, do trabalho domiciliar, das formas de exploração, controle e superexploração da força de trabalho são discutidas por pesquisadores a partir de diferentes categorias de trabalhadores, nos distintos setores da economia capitalista.

Os temas, resultados e localização dos fenômenos que foram objetos das pesquisas, apontam para outra diversificação bastante interessante, já que não há uma delimitação regional específica do conjunto dos trabalhos, pelo contrário, são pesquisas realizadas em diferentes regiões brasileiras.

Algumas abordam temáticas semelhantes, o que permitirá a ampliação do debate considerando as possibilidades de realização de avaliações comparativas, considerando como base destas análises o movimento dialético entre o singular, o particular e o geral, que tem levado à novas territorialidades a relação conflituosa entre capital e trabalho no Brasil e no Mundo.

Desde aqui queremos parabenizar e agradecer a participação de todos os pesquisadores e pesquisadoras que fizeram possível esta Jornada.

Os trabalhos aprovados estão disponíveis nos seguintes endereços:

<http://cegetparaiba.blogspot.com.es/>

e

<http://www4.fct.unesp.br/ceget/ANAISXIJORNADA/apresentacao.htm>.

A Comissão Científica da XI Jornada do Trabalho - CEGeT